



A REVOLTA DE 1272/1273: AS MOTIVAÇÕES DA REBELIÃO CASTELHANA

Matheus Santana de Queiroz¹, Jaime Estevão dos Reis²

¹Acadêmico do Curso de História, Campus Maringá-PR, Universidade Estadual de Maringá - UEM. Bolsista PIBIC/CNPq-UEM
matheus.sg10@gmail.com

²Orientador, Doutor, Professor do Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá – UEM. jereis@uem.br

RESUMO

Essa comunicação tem como objetivo apresentar uma das temáticas envolvidas no projeto de iniciação científica, ora concluído, “Exílio e desterro na obra jurídica de Alfonso X: acerca da revolta nobiliária de 1272/1273.” Para estudar o conceito de exílio e desterro, aplicados ao contexto da Revolta Nobiliária de 1272/1273, durante o reinado de Alfonso X, foi necessário o entendimento do processo de centralização monárquica empreendida pelo mesmo. Feito através da aplicação de um foro centralizador, intitulado de Foro Real, ele levou à supressão de direitos e prerrogativas nobiliárias. Como consequência, a nobreza, preocupada com a diminuição de seus direitos, revoltou-se contra o monarca, no evento que ficou conhecido como a Revolta Nobiliária de 1272/1273. Assim, é necessário entender a presença dessa nobreza na obra jurídica de Alfonso X, as *Siete Partidas*; concomitante à análise da fonte “Crônica de Alfonso X” para compreensão das suas motivações, apresentadas neste trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Alfonso X, Centralização Jurídica; Crônica de Alfonso X; Nobreza; Siete Partidas.

1 INTRODUÇÃO

Alfonso X (1252-1284) foi um monarca castelhano-leonês do século XIII, que recebeu o título de o “Sábio,” por ter sido responsável por uma vasta produção cultural e intelectual, conforme explica Jaime Estevão dos Reis (2007, p. 12), dentre as quais se destacam os códigos jurídicos. Nesse contexto, elaborou um foro centralizador, Foro Real, cuja a função era substituir a grande variedade de foros locais presentes no território da Coroa de Castela, garantindo um código único a todo reino, que expandia as prerrogativas monárquicas (Ribeiro, 2017, p. 52). Esse processo centralizador, teve seu início com o pai de Alfonso X, Fernando III, e seu filho buscou dar continuidade ao seu projeto. Com o avanço da centralização monárquica, a nobreza castelhano-leonesa, categoria social poderosa que gozava de diversos direitos e prerrogativas garantidos pelo *Fuero Viejo de Castilla*, se viu ameaçada, com risco de seu poder se deteriorar diante da figura do rei (Ribeiro, 2017, p. 81, 83). O reinado de Alfonso X e, conseqüentemente, a Revolta, se deu no contexto do feudalismo, caracterizado pelas relações de suserania-vassalagem entre os nobres e o rei, esclarece Francisco Ruiz Gómez (2021, p. 198-199), fundamental dentro das relações feudais, que foram rompidas a partir do exílio.

Com isso, a nobreza se reuniu em Lerma, em 1271 (González Giménez 2004, p. 243), com o objetivo de se organizar para fazer frente ao projeto alfonsino, com as diversas famílias nobres estabelecendo alianças entre si. Estes apresentaram um memorial de queixas ao rei, expressando seu descontentamento com o seu projeto. O monarca acata diversos pontos do memorial, o que levou à novas exigências por parte dos nobres, e culminou no rompimento das negociações, com a nobreza recorrendo ao exílio em Granada (Ribeiro, 2017, p. 101-102).

As duas fontes utilizadas nesta pesquisa foram a *Crônica de Alfonso X e Siete Partidas*: a primeira foi encabeçada por Alfonso XI, bisneto de Alfonso X, que buscou legitimar o seu poder através de sua linha sucessória (Ribeiro, 2017, p. 29), reunindo as cartas dos nobres na fonte, deixando claro o seu descontentamento com a empreitada alfonsina, apresentando os itens que não deveriam ser aplicados, assim como o retorno



aos antigos foros locais; a segunda é a obra jurídica, *Siete Partidas*, dividida em sete partes, sendo que cada parte trata acerca de um conteúdo específico, como justiça e economia.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi necessário, durante a pesquisa, o mapeamento do contexto castelhano do século, baseando-nos em autores como Reis (2007); o entendimento da nobreza dentro das *Siete Partidas*, especificamente na *Partida II (SIETE PARTIDAS, PARTIDA II, TÍTULO IX, LEI VI)*, sendo estes chamados de *Ricoshombres*, a categoria nobiliárquica mais alta dentro da classe nobre, mantendo contato direto com o monarca, assim como exercendo funções de poder na governança do reino, além do estudo historiográfico dessa nobreza (Ribeiro, 2017, 2022).

Essa foi a mesma nobreza atuante no processo da Reconquista, alcançando autonomia política e diversos privilégios a partir disso; assim como a análise de suas motivações e busca de novos senhores a partir da fonte *Crônica de Alfonso X*, que contém as cartas dos nobres revoltosos (Ribeiro, 2017, p. 115). A Revolta pode ser dividida em três partes: os primeiros diálogos; o rompimento/exílio; e os primeiros acordos (Ribeiro, 2017, p. 96). Através da articulação dessas duas fontes, juntamente com a historiografia, podemos tanto saber quem é esta nobreza, assim como suas motivações.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa, a partir do estudo da historiografia especializada, assim como o uso e articulação das fontes *Siete Partidas* e *Crônica de Alfonso X*, mapeou o processo centralizador de Alfonso X, sendo este o estopim para o início da Revolta Nobiliária, cuja aplicação do Foro Real levou à supressão de direitos nobiliárquicos; assim como o entendimento da nobreza castelhano-leonesa revoltosa, no caso, os *Ricoshombres* nas *Siete Partidas*, sendo próximos ao rei, o aconselhando e atuando na governança do reino, o que destaca a seriedade de sua sublevação.

Além disso, examinamos a articulação entre a nobreza e os outros reinos, tanto cristãos quanto muçulmanos, na tentativa de conseguir auxílio para sua empreitada; além da análise das motivações da nobreza a partir de suas cartas enviadas à corte, onde exigem o retorno aos seus antigos foros e privilégios, a diminuição de impostos e abusos fiscais realizados pela Coroa, entre outros itens. Estas cartas estão presentes na *Crônica de Alfonso X*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que a nobreza castelhano-leonesa, consciente do perigo de deterioração de seus direitos e privilégios diante das prerrogativas monárquicas, foi capaz de se articular para frear o processo centralizador alfonsino alcançaram um nível de conscientização nunca visto (Reis, 2007, p. 223).

Ao apresentarem suas exigências ao monarca, os nobres buscaram esclarecer o seu descontentamento com a aplicação do Foro Real, que ameaçava a manutenção dos foros locais que serviam de alicerce às jurisprudências nobiliárquicas (Ribeiro, 2017, p. 98). De acordo com o mesmo autor, com o fim das negociações com Alfonso X, estes nobres recorreram à ação de se exilarem em Granada, em uma aliança com o rei granadino, Muhammad I, e rompendo vassalagem com o rei castelhano (Ribeiro, 2017, p. 104). Com isso, este estudo não apenas apresenta o contexto e as motivações da Revolta Nobiliária, mas a gravidade do evento, que representou uma ameaça à própria figura do rei, destacando a tensão entre o processo de centralização régio e as prerrogativas nobiliárias.



REFERÊNCIAS

ALFONSO X, o Sábio. **Las Siete Partidas**. Ed. Real Academia de la Historia. Madrid: Imprenta Real, 1807. Reedição: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2021.

BARUQUE, Julio Valdeón. El Feudalismo Hispánico en la historiografía reciente, Valladolid, **Historia. Instituciones. Documentos**, n. 25, 1998.

Crônica de Alfonso X. (Ed.). Manuel González Jiménez. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1998.

ESCALONA, Julio. **Los nobles contra su rey**. Argumentos y Motivaciones de la Insubordinación Nobiliaria de 1272-1273. Madrid. Departamento de Historia Medieval, Instituto de Historia. 2002.

GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas en la Edad Media**: siglos XI-XV. Madrid: Alianza, 1997

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. **Alfonso X el Sabio**. Barcelona: Ariel, 2004

KLEINSCHMIDT, Harald. **Comprender la Edad Media** - La transformación de ideas y actitudes en el mundo medieval. Madri: Ediciones Akal, 2009.

MÍNGUEZ, César González. **Las luchas por el poder en la Corona de Castilla**: Nobleza vs. Monarquía (1252-1369). Bilbao: Universidad del País Vasco. 2009.

MOXÓ, S. Feudalismo, señorío y nobleza en la Castilla medieval. Madrid: **Real Academia de la Historia**, 2000.

O'CALLAGHAN, J. **El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla**. Sevilla, Universidade de Sevilla, 1999.

PRO, Juan; RIVERO, Manuel. Breve Atlas de historia de España. Madrid: **Alianza Editorial**, 1999.

REIS, Jaime Estevão dos. **Território, Legislação e Monarquia no Reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284)**. Tese (Doutorado em História) - Assis: UNESP, 2007.

REIS, J. E. O feudalismo. In: GIMENEZ, J. C.; REIS, J. E. **História Medieval I**: das invasões bárbaras ao feudalismo. Maringá: Eduem, 2010, p. 95-124.

RIBEIRO, Luiz Augusto Oliveira. **Rei versus Nobreza: a Revolta Nobiliária de 1272/1273 na Crônica de Alfonso X**. Dissertação (Mestrado em História) - Maringá: UEM, 2017.

RIBEIRO, Luiz Augusto Oliveira. **Fuero Real versus Fuero Viejo de Castilla: a elaboração e a sustentação jurídica da nobreza em Castela no século XIII**. Tese de doutorado. Maringá: UEM, 2022.



RUCQUOI, Adelaine. **Entre la espada, el arado y la patena**: las tres órdenes en la España medieval. *Dimensões*, vol. 33, 2014, p. 10-35.

RUIZ GÓMEZ, Francisco. La traición al rey y al reino y su castigo según las ‘Siete Partidas’. In: ALBERT, Mechthild; Becker, Ulrike; Schmidt, Elmar (org.). **Alfonso el Sabio y la Conceptualización Jurídica de la Monarquía en las ‘Siete Partidas’**. Göttingen: Bonn University Press, 2021, p. 197-219.

SPÍNOLA, Diego Carlo Améndolla. “Feudalismo”: estado de la cuestión, controversias y propuestas metodológicas en torno a un concepto conflictivo, 1929-2015. **Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 26, 2019.